

LANDAU, Sidney I. (2001).

Dictionaries: the art and craft of lexicography.

2^a ed. Cambridge University Press.

Resenhado por Albertina Rossi e Gláucia da Silva Brito
(Doutorandas da Universidade Federal de Santa Catarina)

Palavras-chave

Lexicografia, dicionário impresso, dicionário eletrônico, semântica

Esta é a segunda edição do livro de Sidney Landau (2001), a qual oferece uma descrição atualizada de como os dicionários são pesquisados e produzidos. Esta nova edição dá particular atenção aos caminhos das tecnologias do computador que estão mudando a moderna lexicografia. Landau é diretor editorial da *North American Branch of Cambridge University Press* e atua na área de lexicografia desde 1961. Além de ter contribuído para periódicos dessa área, ele também é editor de dois dicionários, quais sejam: *International Dictionary of Medicine and Biology*, publicado em 1986 e *Cambridge Dictionary of American English*, publicado em 2000.

Nesta edição, o autor procurou examinar os dicionários, em especial aqueles produzidos nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. A história da lexicografia inglesa também está incluída. O livro tem o intuito de proporcionar uma leitura fácil aos leigos na área, bem como ajudar aos peritos, os próprios lexicógrafos. O livro é apresentado em oito capítulos, os quais serão expostos sucintamente na presente resenha.

No primeiro capítulo, o autor coloca em evidência o que vem a ser um dicionário, salientando que o mesmo, além de um produto linguístico, é também um produto de mercado. Nesse sentido, o dicionário está sujeito às contingências próprias da economia. Uma das questões mais polêmicas em lexicografia tradicional tem sido a de se estabelecer uma

tipologia de dicionários. Entretanto, os dicionários editados tendem a fugir a qualquer tipologia pré-estabelecida, procurando atingir faixas de mercado que não tenham ainda sido contempladas com nenhum produto específico. O tipo e a quantidade de informação selecionada para cada entrada lexical é determinado pelas opções feitas em relação ao público, ao tamanho final e ao tipo de dicionário a que se destina.

Dentre as tipologias de dicionários, cita-se geralmente: (a) *Dicionários da língua padrão*: considerados *monolíngües*, esses dicionários tendem a exercer um papel normativo dentro da comunidade dos falantes. Todavia, dentro de um mesmo território lingüístico, outros dicionários se sobressaem como os *bilíngües* e mesmo os *trilíngües* para abastecerem a população não nativa de uma língua em questão; (b) *dicionários históricos*: são dicionários que descrevem os itens lexicais levando em consideração a sua etimologia; (c) *Dicionário ideológico ou analógico*: organiza os conceitos em campos semânticos, ao invés de ordenar as palavras em ordem alfabética como os dicionários comuns; (d) *Dicionários de tipo especial*: são os dicionários de sinônimos, de fenômenos gramaticais, de fenômenos lingüísticos, de *gírias*, de expressões regionais, etc.; (e) *Dicionários científicos ou técnicos*: dedicados especialmente a um domínio do conhecimento.

Há também as enciclopédias. Entretanto, uma das primeiras coisas feitas pelo autor é salientar a diferença existente entre dicionários e enciclopédias, pois, segundo ele, são geralmente confundidos (*op.cit.*: 6-7). Cada qual tem diferentes propósitos. Um dicionário seria um veículo que descreve os significados das palavras. A ênfase está na palavra e toda a informação dada leva diretamente ao significado, pronúncia, classificação gramatical, uso, ou a sua etimologia. As enciclopédias, por sua vez, são obras de referência que buscam reunir o máximo de informações sobre os mais variados domínios do conhecimento para consumo público em geral, e não especialistas. Podem ser do tipo alfabético ou por área de conhecimento. As descrições de um dado item vão além do que caberia a um dicionário. As enciclopédias tratam um item como

tópico. Assim, a palavra *religião*, por exemplo, no dicionário, pode aparecer com seus significados, sua etimologia, sua pronúncia e o seu uso. Já a enciclopédia se ateria em relatar sua história, doutrina e prática. Em poucas palavras, o autor frisa que “o dicionário está para as palavras, assim como a enciclopédia para as coisas” (p. 101).

Cabe ressaltar aqui também a diferença estabelecida pelo autor entre ESL (inglês como segunda língua) e EFL (inglês como língua estrangeira). Segundo Landau (*ibidem*.16-18), o ESL é o inglês ensinado a falantes de outras línguas que estão vivendo em um país de fala inglesa ou a falantes cujo país tenha adotado o inglês como uma língua oficial, ou ainda naqueles casos em que o inglês é usado informalmente como língua franca. No caso do EFL (inglês como língua estrangeira), o inglês é ensinado a falantes de outras línguas, os quais não vivem em um país de fala inglesa, mas acreditam que deveriam conhecê-la, sempre por uma necessidade prática.

Uma vez que os editores de dicionários normalmente visam os lucros, segundo Landau (*ibidem*.18-42), a apresentação dos mesmos é realizada de acordo com a demanda do público leitor. Desta forma, tanto o tamanho das obras quanto a idade de seus usuários variam muito. O financiamento para a confecção dos dicionários pode partir de Governos, Universidades, Fundações, doações ou de investidores privados que também almejam lucros. Ainda em relação à apresentação dos dicionários, Landau (*ibidem*. 18) comenta o fato de que atualmente há uma grande proliferação dos dicionários eletrônicos. Salienta, ainda, que muitos dos dicionários impressos estão sendo apresentados com arranjos temáticos. Todavia, o autor defende um arranjo alfabético das entradas lexicais.

No segundo capítulo, Landau expõe um breve histórico da lexicografia inglesa, que, segundo o autor, consiste de um recital de sucessivos atos de pirataria. O dicionário *A table Alphabeticall* de Robert Cawdrey, datado de 1604, é tido como o primeiro dicionário do inglês. Nele foram incorporadas 90% das palavras encontradas na obra *English Schoole-Master*, de Edmund Coote. Tal obra, publicada em

1596, era uma espécie de gramática, livro de preces e que continha também breves definições. Além disso, metade das três mil entradas lexicais do dicionário de Robert Cawdrey foram tomadas do dicionário de Thomas Thomas de 1587, intitulado *Dictionarium Linguae Latinae et Anglicanae*. Em suma, o autor salienta que, na realidade, nenhum dicionário é totalmente novo e que, atualmente, os lexicógrafos modernos parecem ter muito cuidado com cada uma das tarefas que se propõem a executar. Porém, eles não têm tempo para refazer, muito menos para analisar os significados de todas as entradas lexicais das obras já existentes. Fica praticamente inviável analisar, por exemplo, as oitenta páginas do *Oxford English Dictionary* que definem o sentido de *set*. Esse é um trabalho árduo e que precisaria de muito tempo, além daquele permitido pelas exigências frenéticas do mercado econômico. Todo aquele que faz dicionário está ciente de que deve arcar com a responsabilidade de tomar decisões sem ter toda a informação necessária. Às vezes é impossível obtê-las. Deste modo, os dicionários tendem a aparecer com problemas. Uma possível solução para minimizar tais problemas seria o uso de *corpus*. Segundo o autor, isso facilitaria a tarefa do lexicógrafo (*ibidem*: 43-4).

De acordo com o relatado por Landau (*ibidem*: 48), o objetivo do primeiro laboratório de lexicografia na Inglaterra foi o de facilitar o estudo das línguas latina e grega. Os primeiros dicionários de que se tem notícia, tinham como objetivo primordial o de explanar o sentido das palavras da língua inglesa consideradas “difíceis”, especialmente aquelas de origem greco-latina.

No século XVIII, a tradição de colocar em glossários as palavras difíceis foi substituída por um método mais eficaz, e o intuito de um dicionário passou a ser o de oferecer aos leitores uma obra que possibilitasse ter acesso aos significados de todos os tipos de palavras. O primeiro lexicógrafo profissional de que se tem notícia na história da lexicografia inglesa foi John Kersey. Ele foi o editor do dicionário *A new English Dictionary*, publicado em 1702. Este é considerado o primeiro dicionário que sistemati-

zou tanto palavras comuns quanto as consideradas difíceis. Nessa direção, foram surgindo outros dicionários cada vez com mais palavras.

Em 1747, Samuel Johnson publicou *Plan of a Dictionary of the English Language*. Essa obra contemplou a pesquisa e registro da linguagem, especialmente da linguagem literária, como nunca havia sido tentado anteriormente. De acordo com Landau (*ibidem*: 57-9), Johnson compreendeu os problemas lexicográficos e os confrontou de maneira extraordinária.

No final do século XVIII, surgiram dicionários com pronúncias. Essas eram promovidas pelos “elocucionistas” (denominados autoridades na pronúncia). O marco dessa época foi a edição de 1780 de *A General Dictionary of the English Language* (*ibidem*: 66) de Thomas Sheridan.

Nessa fase, surgiu o *The American Spelling Book*, de Noah Webster, que se tornou o livro mais usado na América depois da Bíblia e o mais popular livro escolar de todos os tempos. Outro dicionário que teve e tem muito prestígio é o *Oxford English Dictionary*. Esse não só oferece um registro histórico do desenvolvimento dos significados de cada palavra, mas também citações ilustrativas e definições para cada sentido, bem como expõe as mudanças na ortografia que as diferentes palavras assumiram durante a história da língua inglesa (*ibidem*: 66-83). Cabe ressaltar ainda que, a princípio, o *Oxford English Dictionary* era feito por não-especialistas e visava um conhecimento geral (*ibidem*: 83).

O autor continua ilustrando o surgimento de outros dicionários como o *Collins English Dictionary*, *Longman Dictionary of American English*, entre outros da língua inglesa. Por último, o autor salienta o advento dos dicionários em CDs e na *internet*. A praticidade desses tipos de dicionários é indubitável: basta digitar a palavra ou até mesmo a frase e os sentidos são exibidos. O autor deixa ainda uma questão a ser debatida: com a aparição desses dicionários, serão os impressos relegados ao passado?

No terceiro capítulo, o autor trata dos elementos-chave dos dicionários. As informações nos dicionários impressos são organizadas segundo

uma dupla estrutura: uma *macro-estrutura* e uma *micro-estrutura*. No primeiro caso, a estrutura é constituída pela lista de palavras ordenadas alfabética, analógica e até tematicamente, dependendo do dicionário. Por sua vez, a *micro-estrutura*, conhecida também como *artigo do dicionário*, é o conjunto de informações considerado pertinente para cada unidade lexical. Nesse sentido, estão incluídos na *micro-estrutura*: (a) a entrada lexical (informações gerais como: etimologia, pronúncia, etc), (b) sua categoria (informações gramaticais) e (c) sua definição (informação semântica).

O tipo e a quantidade de informação selecionada para cada entrada é determinado pelas opções feitas em relação ao público, ao tamanho final e ao tipo de dicionário a que se destina. O processo de produção de um dicionário obedece a um padrão básico de procedimentos, e com pequenas variações aplica-se a todos os tipos de dicionários. Aqui, cabe ressaltar o relevante comentário do autor sobre a falta de critérios, por exemplo, para estipular quando uma palavra deve ser tratada como sendo um caso de homonímia ou de polissemia. Pode-se perceber que os dicionários ou não se baseiam em teoria semântica alguma para a construção da rede de acepções, ou utilizam de forma implícita e inconsistente uma teoria. Há, ao que tudo indica, uma falta de consenso entre os lingüistas e os lexicógrafos sobre como resolver esses casos. (pp. 100-1).

Outro tópico destacado pelo autor é a questão do tratamento dado à sinonímia. Em 1857, Dean Trench (*apud op.cit.*:134) escreveu um artigo, intitulado *On Some Deficiencies in Our English Dictionaries*, no qual critica a escassa atenção dada à distinção de palavras sinônimas. O autor alega que “possíveis” semelhanças podem ser confundidas, como, por exemplo, as palavras *safe* (*seguro* = digno de confiança) e *secure* (*seguro* = firme). O primeiro dicionário a incluir um grande número de tais discussões foi *A Dictionary of the English Language* (1860), de Joseph E. Worcester.

Landau (*ibidem*. 134) comenta que esse tipo de dicionário, conhecido no século XIX como *synonymicons* ou *synonymies*, retoma uma discus-

são antiga, pois os primeiros dicionários de sinônimos consistiam em dicionários de grego e latim, elaborados na Renascença. Os dicionários de sinônimos franceses e ingleses apareceram no século XVIII, sendo que um dos primeiros desse gênero parece ter sido o de John Trusler, publicado em 1766, sob o título *Difference between Words Esteemed Synonymous in the English Language*.

Segundo Landau (*ibidem*: 140-1), os dicionários, em geral, são verdadeiras obras de referência, e dessa forma a inclusão da sinonímia era um passo lógico na evolução dos dicionários. No entanto, o autor chama a atenção para as diferenças dos tipos de usuários. No caso de ESL, a meta é apoiar o ensino da língua sem a preocupação com as possíveis discriminações de conotação. As discriminações sinonímicas são estritamente para o falante nativo. A grande questão da sinonímia e da lexicografia bilíngüe diz respeito justamente ao fato de que duas palavras inglesas, tais como *brute* e *beast*, por exemplo, podem ser sinônimas, mas suas respectivas traduções em outra língua podem ter sentidos completamente diferentes.

Em 1852, Peter Mark Roget publicou o *Thesaurus of English Words and Phrases*. Esse tipo de obra é um dicionário, segundo Dias-da-Silva (neste volume), “organizado em função de conceitos lexicalizados, isto é, um *dicionário onomasiológico*, um *tesauro* ou *tesouro*, ou ainda um *dicionário analógico*”. De acordo com Landau (*op.cit.*: 138), o termo *Thesaurus* foi usado, antes que Roget o adotasse para o seu trabalho, no sentido grego de *depósito* ou *tesouro*, com um significado específico de uma relação exaustiva de palavras. Landau (*ibidem*:137-8) relata também que Roget elaborou, em seu dicionário, seis classes de categorias, quais sejam: relações abstratas, espaço, mundo material, intelecto, volição, poderes sensíveis e morais. Dentro dessas classificações, ele propôs numerosas subdivisões, as quais continham outras subdivisões. Roget reconheceu que muitas palavras poderiam entrar em mais de uma categoria e que a colocação de uma palavra em uma ou outra categoria era uma decisão difí-

cil. Tanto que a primeira edição incluiu um índice para ajudar os leitores a achar o significado que eles estavam procurando. Tal índice foi ampliado nas edições subseqüentes. Uma edição recente, sob título *Roget's Internacional Thesaurus*, publicada em 1992, por Robert L. Chapman, orienta o leitor a começar sua pesquisa pelo índice.

De acordo com Landau (*ibidem*: 139), o tipo de trabalho de Roget foi adotado por muitos outros dicionários de sinônimos ou mesmo por outros tipos de dicionários. Alguns deles usam um arranjo conceitual e outros se organizam alfabeticamente com uma lista de sinônimos que seguem toda entrada principal. Ambos os tipos de trabalhos são chamados *Thesauruses*.

O tratamento dado às definições ganha espaço no quarto capítulo, no qual o autor deixa claro que, sendo o léxico de uma língua um conjunto ilimitado de unidades lexicais, uma das primeiras tarefas do lexicógrafo é a delimitação das unidades que deverão figurar no seu dicionário, com base em critérios como a freqüência de ocorrência da unidade ou da acepção, o público a que se destina o produto, etc. As definições das palavras realizadas pelos lexicógrafos a princípio estariam baseadas na análise aristotélica, qual seja, a palavra a ser definida é identificada por um *genus* e por uma *differentia*. A palavra primeiro deve ser definida de acordo com a classe de coisa à qual ela pertence e depois distinguida de todas as outras coisas que pertencem à referida classe. Ex.: criança; é uma pessoa (*genus*) que é jovem ou tem uma relação com outra pessoa da qual ela pode ser filho ou filha (*differentia*). Segundo Landau (*ibidem*:153), os filósofos, diferentemente dos lexicógrafos, elaboram a definição sem ter em mente os leitores. Eles simplesmente desejam chegar ao valor de verdade no mundo real, enquanto os lexicógrafos pretendem fazer com que o seu público encontre o significado da palavra que procura em um dicionário. Os lexicógrafos têm sempre que estar em alerta para as mudanças das definições. Uma boa definição, salienta o autor, é construída para se ajustar em vários contextos possíveis. O significado lexical nem sempre pode significar um desenho do mundo real. As definições por ostensão

(que envolve o apontar para um objeto) estão obviamente excluídas das definições de um dicionário, exceto no caso do uso de ilustrações. Segundo o autor, a combinação de definições lexicais (presentes no dicionário) e definições ostensivas só incrementa o nosso conhecimento das palavras. Desse modo, o dicionário é sempre um empreendimento válido.

A princípio, conforme Landau (*ibidem*: 168), as definições são determinadas por um exame do uso da palavra. Nesse sentido, o autor abre uma discussão sobre o limite entre as metáforas e os significados literais. Segundo Geart van der Meer (*APUD op cit*:201-2), nem sempre os sentidos metafóricos são extensões figurativas do significado literal. O caso, por exemplo, da palavra *ghetto* ilustra como um significado básico pode ser estendido a contextos e situações novas que, a princípio, podem perder o vínculo com o sentido original. Primeiramente, *ghetto* surgiu para designar a parte de uma cidade européia onde os judeus foram obrigados a viver. Depois, o significado foi estendido para a América, designando partes de cidades onde moravam grupos minoritários e pobres, principalmente, os negros. Já no final dos anos 70, começou-se a ouvir frases do tipo *Donas de casa suburbanas confinadas em guetos de classe média*. Nesse caso, *ghetto* não tem mais qualquer relação com *cidade* ou *pobreza*.

No caso dos sentidos figurados, Landau alerta que não há um consenso entre os lexicógrafos na hora de estabelecer definições. Muitas vezes, o sentido de base de um item lexical passa a ser o figurado e não o literal. Entretanto, ressalta Landau (*ibidem*: 201-2), isso não deveria acontecer, pois, a princípio, o sentido figurativo não poderia ser entendido completamente sem a compreensão do sentido literal. De acordo com Wierzbicka (1996:242), para construir uma definição adequada é necessário separar os diferentes sentidos de uma palavra polissêmica, mas é importante verificar se os sentidos que foram separados estão ligados à própria palavra. Para esta autora, o sentido metafórico de uma palavra nem sempre é tratado nos dicionários como um significado lexical separado. Uma definição adequada para uma palavra acon-

tece “se e apenas se seu significado literal é distinguido de seu uso metafórico, irônico, engraçado, eufemístico e outros usos similares” (*op.cit.*: 244). Então, se os esquemas de usos metafóricos não são distinguidos da polissemia literal, os significados podem parecer indeterminados e não serem, portanto, passíveis de definição. Quanto às definições de dicionários, Wierzbicka afirma que há uma visão de que não importa se um semanticista, um filósofo ou um psicólogo cognitivo têm ou não reservas a respeito dessas definições, já que elas são responsáveis pela venda de milhões de exemplares de dicionários!

Na realidade, Landau comenta que, de fato, os editores parecem não dar muita importância se as definições dos dicionários são boas ou ruins. Seus propósitos são meramente práticos, não oferecendo, portanto, uma representação fiel do significado de uma palavra. Sabe-se que um grande dilema do lexicógrafo é unir o útil e o comercialmente viável, ou combinar perfeição com um tamanho razoável de definição. O autor não tem dúvidas que o tratamento do significado nos dicionários poderia ser melhorado se fossem unidas a Lexicografia e a Linguística. Todavia, ele enfatiza que o instrumento ideal para resolver os problemas de definições seria o uso de *corpora* (cf. capítulo 6).

No quinto capítulo, o autor analisa os usos da língua(gem), abordando todos os aspectos da língua escrita e falada, do passado e do presente, nos níveis em que esses são definidos nos dicionários. Neste sentido, o uso se refere a todas as práticas da língua escrita ou falada. É também citado no sentido de distinguir entre usos da língua correta e incorreta, variações geográficas, sociais e temporais. Os níveis mais comuns dos usos da linguagem que se encontram referidos em dicionários, segundo o autor (*ibidem*: 217-8) são: (a) ocorrência de uso e temporalidade, que envolvem classificações tais como usos obsoletos, arcaicos, usos antigos, fora de moda, etc; (b) variação regional ou geográfica: inglês britânico, americano, da Nova Zelândia, da África do Sul, etc.; (c) terminologia especializada ou técnica: astronomia, química, física, etc; (d) tabu sexual e uso esca-

tológico, que envolvem classificações tais como ofensivo, vulgar, obsceno, grosseiro, algumas vezes combinado com gírias, ex, gírias vulgares, grosseiras; (e) insultos: ofensivo, racista, etc; (f) gírias; (g) estilo, variedade funcional, ou registro: formal, escrito, informal, falado, coloquial, histórico, poético, etc; (h) nível cultural ou *status: standard* ou não *standard*. A tendência, frisa o autor, é que no futuro a importância não seja mais dada às palavras *standard*, por exemplo, mas aos usos constatados de grupos específicos.

Atualmente, há o registro de uma largo espectro do uso atual da linguagem nos dicionários. O uso de *corpus*, defendido pelo autor no capítulo 6, parece ser o caminho para que se possa ter um dicionário que ofereça uma boa qualidade de informação. Nesta mesma linha de pensamento, Rocha & Pereira (2001) defendem a eficácia das abordagens com base em *corpus* no combate ao preconceito lingüístico em trabalhos de referência, com foco nos dicionários. Segundo os autores, o uso de *corpus* “permite que a presença de determinados usos freqüentes de palavras da língua falada sejam facilmente percebidos e analisados” (p.110).

O termo *corpus* pode ser empregado para se descrever quaisquer coletâneas de textos reunidas para os mais diversos fins e, atualmente, podem ser encontrados disponíveis eletronicamente. Landau (*ibidem*: 273) faz uma revisão histórica do desenvolvimento da lingüística de *corpus* começando, por Edward L. Thorndike que, em 1921, compilou para estudo léxico 4,5 milhões de palavras, número este que saltou nas décadas seguintes para um *corpus* de 18 milhões de palavras. O autor (*ibidem*:276) faz uma análise crítica da posição Chomskyana, a qual foi hostil em relação a qualquer aproximação quantitativa para estudos de línguas. Essa análise quantitativa foi relegada a segundo plano dos anos 50 até os anos 80, vindo a ganhar forças com a publicação dos estudos de Geoffrey Leech, um dos pioneiros da pesquisa de *corpus*. O autor comenta também que o advento do computador veio facilitar a manipulação de grandes *corpora*. Com os computadores, editores de dicionários sérios puderam tomar decisões editoriais baseadas em evidências

as reais em lugar de usarem apenas a intuição, pois se tornou possível se testar hipóteses ou fornecer evidências para a pesquisa lingüística com o uso de *software* concordanceadores que permitem a manipulação de *corpus*. A utilização de um concordanceador permite a organização do verbete em termos de sentidos associados a colocações encontradas num determinado *corpus*.

Quanto a exemplos para serem disponibilizados em um dicionário, o autor argumenta que, principalmente em dicionários para estudantes estrangeiros, o uso de exemplos é de importância suprema e, o uso de um *corpus* lingüístico pode prover exemplos satisfatórios ou pelo menos pode sugerir um contexto apropriado no qual aparece o verbete.

O autor acredita que uso genuíno de *corpus* se tornará a norma em lexicografia em todo o mundo, em lexicografia bilíngüe como também unilíngüe, em dicionários para crianças como também para adultos, para falantes nativos como também para os estudantes estrangeiros.

No sétimo capítulo, o autor argumenta que cada projeto de dicionário é único e exige regras específicas e que a tarefa de sua produção exige uma organização rigorosa. Toda produção de um dicionário tem três fases essenciais: planejar, escrever, e produzir. Na fase de planejamento, as primeiras decisões a serem tomadas relacionam-se a identificar o mercado: quem comprará o livro? Uma vez estabelecido que há um mercado para o dicionário, o tamanho deste mercado é calculado e a renda provável da venda do dicionário é projetada. O tamanho do dicionário também faz parte das primeiras decisões de produção: Que tamanho terá o formato final? Quantas entradas deve conter? São comparados dicionários que competem no mesmo mercado, são inspecionados os usuários potenciais, e é buscada assessoria de pessoas que conhecem as necessidades do grupo para o qual o dicionário será produzido. A segunda decisão a se tomar é programar e calcular despesas. A terceira decisão está vinculada à composição da equipe que será responsável pelo projeto e que deverá selecionar a lista de palavras

para o dicionário, decidir seu tamanho, decidir seu design final, etc. A fase de escrever o dicionário dependerá muito da equipe selecionada para isso. Essa equipe discutirá cada estágio de edição do dicionário, decidirá se este dicionário terá ou não ilustrações, etc. Na fase de produção do dicionário, é feita primeiramente a revisão final, a qual se tornou muito mais fácil com o advento do computador. O dicionário, então, pode ser impresso ou disponibilizado eletronicamente em CDs ou na Rede Internet.

Ainda neste capítulo, o autor faz algumas considerações sobre as tecnologias de computador na produção de dicionários. Sua preocupação reside no fato de que somente a utilização de tecnologias não garante que um dicionário tenha uma boa qualidade de informação. Ele argumenta que a utilização dessas tecnologias não deve excluir a análise que deverá ser realizada pela equipe de lexicógrafos sobre os dados de frequência e os testes estatísticos de significância de cada verbete.

No oitavo capítulo, o autor volta a destacar a questão do plágio nos dicionários. Ele alega que todos os dicionários são sempre copiados uns dos outros e que nunca há nem ao menos a citação do dicionário copiado. Todos os dicionários americanos e britânicos, por exemplo, têm uma grande dívida com o *Oxford English Dictionary*, uma vez que são muito influenciados por ele (*ibidem*: 402).

Uma outra questão abordada pelo autor diz respeito às marcas registradas como *Coca-cola*, por exemplo, pois são palavras que têm um valor de mercado e não genérico. Entretanto, os lexicógrafos inserem as mesmas nos dicionários, dando seu significado genérico. Um bom exemplo é a palavra *xerox*, que pode ser usada como *xerocar* e *xerocado*. Ele levanta questões como: é correto respeitar a vontade dos donos das marcas, ou o melhor é ignorá-los e atender às exigências do público que usa os dicionários?

Em 1996, foi fundada uma sociedade norte americana (*Dictionary Society of North America*) com o propósito de dar credibilidade ao trabalho dos lexicógrafos. Esta sociedade prevê quatro diretrizes que

dão condições para reconhecer o trabalho dos lexicógrafos, conforme Landau (*ibidem*: 413-20): (1) os editores, mesmo sendo os donos dos dicionários, devem dar crédito aos lexicógrafos que editam os dicionários; (2) o corpo editorial, em particular, o editor chefe, deve aparecer no dicionário; (3) os membros principais da equipe também devem ter seus nomes citados e (4) os membros auxiliares da equipe, que tenham trabalhado no dicionário por mais de dois anos, também devem aparecer. Entretanto, só devem ser arrolados na primeira edição e não mais nas edições consecutivas.

Enfim, em todo o livro, o autor ressalta que, sendo os dicionários obras que refletem os valores culturais do momento, é fundamental que estes sejam constantemente atualizados. O autor enfatiza sobretudo a importância do trabalho lexicográfico e a sua mediação via *corpora*. Concordamos com o autor quando ele diz que o uso genuíno de *corpus* deve se tornar a norma em lexicografia em todo o mundo, pois o uso de *corpora* na elaboração de dicionários da língua portuguesa poderá, segundo nossa opinião, garantir uma melhor qualidade nos dicionários publicados no Brasil. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que devemos aliar o uso de novas tecnologias na elaboração de dicionários a uma estrutura lexical inovadora e consistente, pois entendemos que os modelos de dicionários não dependem apenas do uso de novas tecnologias, mas da forma como as teorias semânticas e lexicais interagem com essas tecnologias (ver Moura; Rocha & Brito, 2001).

Referências bibliográficas

- DIAS-DA-SILVA, Bento Carlos (2001). *A rede WordNet e a compilação de um Thesaurus Eletrônico*. Neste volume.
- MOURA, Heronides Maurílio de Melo; ROCHA, Marco; BRITO, Glauca da Silva (2001). "Dicionários informatizados: entre a teoria e a prática". In: CABRAL, Loni *et al.* *Linguística e Ensino: Novas*

Tecnologias. Blumenau, SC: Nova Letra.

ROCHA, Marco & PEREIRA, Juliana Sell do Vale (2000). "O uso do *corpora* na elaboração de trabalhos de referência: uma vacina contra o preconceito". In: *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, pp. 103-11

WIERZBICKA, Anna (1996). *Semantics: primes and universals*. Oxford: Oxford University Press.